



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>COMISSÃO ESPECIAL - PL 5941/09 - PRÉ-SAL / PETROBRÁS</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 1786/09	<b>DATA:</b> 14/10/2009
<b>INÍCIO:</b> 15h20min	<b>TÉRMINO:</b> 16h22min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h02min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 01h02min	<b>PÁGINAS:</b> 24	<b>QUARTOS:</b> 13

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
<b>JOÃO ANTÔNIO MORAES – Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP.</b>

<b>SUMÁRIO:</b> Posicionamento da Federação Única de Petroleiros — FUP sobre a capitalização da PETROBRAS.
--

<b>OBSERVAÇÕES</b>
Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da sexta reunião ordinária, realizada ontem, dia 13 de outubro. Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, por ter sido distribuída e por expressar com fidedignidade o ocorrido, peço dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do nobre Deputado Chico Alencar.

Em discussão a ata. ((*Pausa.*))

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. ((*Pausa.*))

Está aprovada.

Antes de passar à Ordem do Dia, gostaria de saudar a presença do Deputado Eduardo Lopes, do Deputado Chico Alencar e a do sempre diligente Relator, o Deputado João Maia.

Lembro a todos que estamos realizando hoje esta audiência pública e nos preparando para a próxima e última, na quarta-feira que vem. Teremos, então, às 13h30min, a presença da ANP; e, depois, às 15h, com a do Ministério da Fazenda, os 2 órgãos que nos resta ouvir.

Recebemos outras sugestões. Temos aqui uma lista de convidados, mas alguns, pelas circunstâncias, não puderam comparecer, embora a Presidência tenha diligenciado para atender a tudo aquilo que havia sido requerido pelos Srs. Parlamentares.

Hoje, temos a satisfação de receber o Sr. João Antônio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única de Petroleiros — FUP, a quem convido a compor a Mesa.

O Sr. João Antônio de Moraes, Coordenador-Geral da FUP, terá 20 minutos para apresentar a posição da entidade sobre a capitalização da PETROBRAS.

Aos Srs. Deputados que estiverem interessados, informo que a Secretaria passa, a partir deste instante, a receber a inscrição daqueles que quiserem se manifestar.



Então, com a palavra o Sr. João Antônio de Moraes.

**O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES** - Agradeço ao Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jardim, e ao Sr. Relator, Deputado João Maia, o convite. Em nome dos trabalhadores petroleiros, agradeço também aos Srs. Deputados que aqui estão para ouvir a posição dos trabalhadores do setor.

Em todos os momentos em que o Brasil discutiu esse tema, com exceção da campanha *O petróleo é nosso*, nos anos 40 e 50, quando ainda não havia petroleiros no Brasil, os trabalhadores petroleiros sempre tiveram opiniões a dar e considerações a fazer. Há toda uma tradição em defesa dos recursos naturais do País, em prol do nosso povo. E carregamos em nossa alma o orgulho de ter sido escolhidos pelo povo brasileiro para exercer o nosso trabalho nessa área tão cara para a Nação.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu sou João Antônio de Moraes. Sou trabalhador da PETROBRAS, técnico há cerca de 25 anos.

A Federação Única do Petroleiros é a principal representação da categoria petroleira em todo o Brasil. Temos 11 sindicatos filiados, de um total de 16; uma base de representação de cerca de 60 mil trabalhadores sindicalizados e cerca de 500 mil trabalhadores na nossa base, entre trabalhadores da PETROBRAS, trabalhadores de empresas privadas e de prestadores de serviço na PETROBRAS também.

A FUP foi fundada em 1993 e, ao longo de sua trajetória, tem grandes momentos de luta em defesa da categoria, em defesa da classe trabalhadora, junto com a Central Única dos Trabalhadores, e em defesa do Brasil, com os movimentos sociais.

Estivemos presentes em 1995, quando travamos uma greve de mais de 30 dias, cujo objetivo central era não permitir a privatização da PETROBRAS e, na ocasião, mudanças na Lei nº 2.004, que acabou mudando, mas conseguimos do Governo da época o compromisso de, apesar da quebra do monopólio, não privatizar a PETROBRAS. Esse foi um compromisso obtido pelos movimentos sociais brasileiros, não temos dúvida disso.



Aqui, é um pouco do que quero apresentar. Não vou me prender muito à apresentação, até porque foi a que ontem trabalhamos na Comissão que trata da questão da partilha. Então, vamos aprofundar mais o tema específico desta Comissão.

Vamos falar um pouco sobre a importância do petróleo e do gás no mundo atual — porque muito se fala que o petróleo já não tem mais tanta importância —, sobre o valor econômico do pré-sal, sobre a geopolítica do petróleo e um pouco sobre a visão dos trabalhadores.

Com relação à importância, é verdade que o petróleo, a principal fonte energética do planeta, está de fato em substituição. Daqui a 30 anos ou, no máximo, 50 anos, o petróleo não mais será a principal fonte de energia, mas destacamos a importância dele como matéria-prima. O petróleo está presente em mais de 3 mil produtos. Certamente, nenhum de nós dará um passo nesta sala sem trombar com algo feito com base no petróleo. E ainda é a principal fonte de energia.

Agora, no quesito matéria-prima equivale o raciocínio: se, por um lado, o mundo começa a desenhar cenários de substituição do petróleo como fonte de energia, por outro, infelizmente, não há ainda, a médio e longo prazos, qualquer chance de sua substituição.

Sei que os Deputados já viram essa imagem. Essa aqui é a chamada Picanha Azul, uma área do pré-sal de 160 mil metros quadrados, a grande descoberta da PETROBRAS.

Estima-se haver uma reserva de 80 bilhões a 200 bilhões de barris, sendo que as nossas reservas, se somarmos tudo o que foi produzido pela PETROBRAS mais as atuais, são 22 bilhões de barris. Certamente, o pré-sal é a maior descoberta petrolífera no mundo nos últimos 30 anos. É disso que estamos tratando.

Prestemos atenção nesses círculos formados na sequência. Essa é a situação atual, sem considerar o pré-sal. Sem o pré-sal, temos a décima sétima reserva do planeta: 2,2 bilhões de barris. Com o Campo de Tupi, o mais bem mapeado na Bacia de Santos e onde produzimos hoje cerca de 20 mil barris de petróleo, passamos para a décima segunda posição, equiparando-nos ao Canadá. Com a menor perspectiva do pré-sal, teríamos a quarta ou a quinta reserva do planeta, perto do Kuwait. Se as expectativas se confirmarem, passaremos a ser o



primeiro ou o segundo país em reserva, uma vez que o atual primeiro é a Arábia Saudita, com 264 bilhões de barris reservas.

Nesta imagem, o Zezinho está esperando entrar na universidade e olha para 10 mil dólares no chão, pensando o que poderia fazer com a riqueza do pré-sal.

Aqui, 100 mil dólares em notas de 100 dólares.

Aqui, já não dá mais para aumentar os dólares; tem de diminuir o Zezinho.

Aqui, é a menor perspectiva do pré-sal — 5 trilhões de dólares. E o Zezinho continua aqui.

Por isso, nós, trabalhadores, não temos dúvida de que a riqueza do pré-sal dá para resolver todos os nossos gargalos sociais e econômicos.

Ainda há uma perspectiva sobre a matriz energética do planeta. Como dizíamos, o petróleo aparece no mundo com 55% da matriz energética, ao passo que as fontes renováveis no mundo representam 13%. Nossa matriz energética é de fato bastante melhor do que a dos demais países, pois 45% dela, graças ao álcool e às hidrelétricas, são de fontes renováveis. Mas, mesmo o Brasil, com essa matriz energética melhor, tem ainda uma dependência de petróleo e gás natural da ordem de 48%. Quer dizer, mesmo no Brasil, o petróleo ainda é bastante importante.

Eu gostaria de chamar a atenção de todos para a segunda matriz energética do planeta. Qual é a segunda matéria-prima? É o carvão, o antecessor do petróleo. É o primo pobre, mais sujo do que o petróleo. Mesmo quando petróleo for substituído, o carvão será ainda a segunda fonte, e, portanto, importante. Lembro mais uma vez que não há perspectiva de substituição do petróleo.

Vejamos como está o consumo de energia no mundo. Os países em escuro são os que mais consomem. No hemisfério sul, gastamos bem pouco energia, comparativamente com os países centrais.

Aqui, uma parada importante. Na área do petróleo, temos duas fases distintas da indústria petrolífera mundial. A primeira até meados dos anos 1970, quando 85% das reservas mundiais estavam na mão do cartel das Sete Irmãs, as grandes empresas petrolíferas. Com a primeira crise do petróleo, a situação começa a se inverter, e os Estados passam a assumir o controle das reservas. Quando chegamos à situação atual, 83% das reservas petrolíferas estão sob controle direto dos Estados pelo mundo afora, e se considerarmos as empresas de capital misto, como



a PETROBRAS, esse percentual passa de 90%. Hoje, as grandes *majors* do petróleo só detêm 7% das reservas petrolíferas.

Vejamos um pouco como o mundo trata a questão do petróleo. No projeto apresentado pelos dos trabalhadores, com o patrocínio do Deputado Fernando Marroni e de mais Parlamentares na Câmara dos Deputados, propomos a retomada das áreas leiloadas do pré-sal. Alguns dizem que queremos colocar o mercado em polvorosa, porque isso não é tradição brasileira. Nós, trabalhadores, queremos dizer que não é da tradição brasileira, mas da tradição do mundo. Quando se fala em petróleo, muitos contratos já foram revistos. Cito o exemplo do que foi o maior campo petrolífero até a descoberta de Tupi, na Bacia de Santos: o Campo de Majnoon, no Iraque, em 1977. Descoberto por uma operadora petrolífera, o contrato foi revisto. E a operadora que descobriu esse campo foi a PETROBRAS. O Governo iraquiano de então chamou a PETROBRAS e disse: *“Meus cumprimentos à capacidade técnica do povo brasileiro. Os investimentos da PETROBRAS estão aqui. Nós os indenizamos com 180 milhões de dólares. Esse petróleo pertence ao povo iraquiano. Vocês não vão levá-lo. Em contrapartida, nós vamos garantir o abastecimento do Brasil durante 13 anos”*. E aí o Brasil passou pela crise do petróleo nos anos 1970 de maneira muito tranquila, porque o Iraque garantiu o nosso abastecimento, mas o Campo de Majnoon está até hoje fechado no Iraque; não se produziu uma gota de petróleo naquele campo.

Aí, diriam alguns: *“Muito bem. Mas o Oriente Médio é uma área de instabilidade política; o Saddam Hussein acaba de ser enforcado, não é uma boa referência”*. Então, peguemos um outro exemplo, a UNOCAL, empresa mediana de petróleo nos Estados Unidos que há cerca de 3 ou 4 anos foi colocada à venda. Uma empresa estatal da China ofereceu pela UNOCAL 18 bilhões de dólares! O que fez o Congresso americano? Questionou a venda. Disse que era uma questão de segurança nacional a venda de uma empresa privada mediana de petróleo, que não se poderia dar essa possibilidade a China. O Congresso americano tomou medidas e a venda foi vetada. A UNOCAL foi vendida para a Chevron, outra empresa americana, por 17,5 bilhões de dólares, um pouco menos do que a China tinha oferecido. Portanto, isso foi o que os americanos nos disseram para fazer em 1995; lá, eles tomam muito cuidado. A lei americana praticamente proíbe a exportação de



petróleo. Estou falando isso para não dizerem que somos loucos ou que temos uma visão árabe.

Isso aqui é para aqueles que também acham que o petróleo não é mais estratégico. Em 1991, o Grã-Bretanha, que era o então um império, proclamou o rei do Iraque. Em 2003, os Estados Unidos também tomaram as devidas providências de colocar à frente do Iraque um mandatário que servisse aos seus interesses. Para quem acredita que no Iraque havia armas de destruição em massa, esse exemplo não serve.

Aqui, respondemos a uma pergunta que nos foi feita no início. O que norteia é a visão de que o petróleo não é mera mercadoria, não é uma *commodity*, como alguns tratam. Na nossa visão, o petróleo é um bem estratégico e deve ser tratado como tal.

Aqui, respondemos que petróleo continua sendo estratégico no mundo. Isso aqui aconteceu em 2003, não faz tanto tempo, e ainda se mata e se morre por ele no mundo.

Vejamos agora um pouco da situação institucional brasileira. No Brasil, tal qual nos demais países, no início, as reservas naturais, inclusive de petróleo, eram do dono da terra. Depois, o Estado passou a controlar o subsolo, mas, ainda assim, sob o regime de concessão. No início da indústria do petróleo, vigorava o regime de concessão.

Em 1953, graças a uma tomada de posição pelo nosso povo, com a mobilização durante 7 anos da campanha *O Petróleo é nosso*, o Brasil assumiu um modelo bastante moderno à época, o do monopólio estatal do petróleo, acabando com o regime de concessão previsto na Constituição de 1946. Portanto, uma lei ordinária reviu o que estava previsto na Constituição e estabeleceu o monopólio estatal do petróleo.

Em 1997, tivemos um retrocesso importante. Com a Lei nº 9.478, ainda em vigor, o Brasil retomou o modelo do início da indústria petrolífera, o modelo das concessões, bastante antigo para a época, mas que, sob a égide do neoliberalismo e do pensamento do mundo no único, valeu.

É importante lembrar que o que aconteceu no Brasil em 1997 é por nós tratada como uma mudança contrafactual. Isso porque, como apontei anteriormente,



nos anos 70, os Estados passaram a assumir o controle. De 1995 para cá, aumentou o controle dos Estados, com exceção dos países da América Latina, onde ocorreu uma realidade contrafactual, em que os Estados abriram mão do controle dessas importantes reservas.

Temos alguns casos trágicos. Cito o caso da Argentina. Nossos vizinhos são bastante dependentes do petróleo. Um argentino consome duas vezes mais energia do que um brasileiro, por causa da Patagônia, onde precisam do aquecimento. No entanto, os argentinos abriram mão de sua empresa estatal, a YPF, a PETROBRAS de lá, e perderam reservas importantes. A REPSOL assumiu os campos da Argentina, começou a produzir a todo preço e o país hoje está sendo obrigado a importar petróleo. A REPSOL vendeu petróleo a 5 dólares o barril e hoje a Argentina precisa importar a 70 dólares. A Argentina tentou, com o Presidente Kirchner, fundar a ENARSA, a sua PETROBRAS, mas a empresa até hoje não conseguiu decolar não tem capacidade de investimento.

Vejamos agora o que aconteceu com o Brasil após as concessões. Arrecadamos nos leilões de petróleo, depois de 9 rodadas, 5,4 bilhões de reais, uma média de 7,8 milhões por bloco. Quero só citar o exemplo dos Campos de Tupi e Júpiter. O Campo de Tupi foi vendido por 7,4 bilhões. Se considerarmos a menor expectativa de Tupi, 5 bilhões de barris, e o custo de produção a 30 dólares — custo bastante alto; a perspectiva é que será menor — e consideramos o petróleo a 70 dólares o barril, que é o preço atual, temos os seguintes dados: foi vendido por 7,4 bilhões, vai se gastar 150 bilhões para produzir e vai render 350 bilhões. Portanto, vai ter um lucro de 200 bilhões de dólares.

Esse é o dado referente a Tupi. Tenho certeza de que muito países iriam querer rever essa questão. É muito complicado isso, até porque, em Tupi, a PETROBRAS tem como sócia a PETROGAL, com 10%. É necessário dizer que a PETROGAL já vinha em decadência no mundo, mas hoje, graças ao nosso pré-sal, desponta novamente como uma grande empresa petrolífera. É por isso que nós, trabalhadores, consideramos que, mais que privatização, isso foi um processo de recolonização.

Cito mais um exemplo sobre o pré-sal. Quando se revelou a descoberta de um campo gigantesco — e vou explicar porque que o campo tem esse nome — o





Diretor da PETROGAL, que estava presente na área quando a PETROBRAS apresentou o relatório, falou: *“É tudo isso mesmo? Caramba!”* Daí o nome Campo de Caramba. Então, é realmente um processo de recolonização de nosso País esse que vivemos.

Aqui, rapidamente, as questões estratégicas que vamos ter de decidir. Qual será o modelo de exploração, desenvolvimento e produção do pré-sal? Quem vai controlar as gigantescas reservas de petróleo do País? Isso é fundamental. A propriedade da lavra, hoje, efetivamente nós não temos. A Lei nº 9.478 não dá ao Brasil a propriedade. Como o Estado brasileiro vai utilizar essas reservas? Para o bem do povo, ou para exportação, em benefício daqueles, como apontamos no início, que esbanjam energia no mundo?

Nós, os trabalhadores, apresentamos propostas ao Projeto de Lei nº 5.891, em tramitação nesta Casa, na Comissão de Partilha, por intermédio do Deputado Eduardo Valverde. Tenho certeza de que o Relator, Deputado João Maia, vai dar uma olhada nas idéias que os trabalhadores propõem. Apresentamos a proposta de um Fundo Social Soberano um pouco mais contundente do que a proposta do Executivo. Propomos a retomada do monopólio estatal do petróleo — mesmo a Constituição de 1946 prevendo a concessão, os Deputados e Senadores construíram o monopólio através da Lei nº 2.004 — e também uma PETROBRAS 100% pública. Não é necessário uma nova empresa. Isso deve se dar através de uma PETROBRAS 100 % pública.

Aqui, vemos algumas sugestões para a partilha.

Aqui, pegamos 2 exemplos da forma como atuam as petrolíferas internacionais no setor. Uma delas, a Shell, graças à Lei das Concessões, já produz hoje, no Brasil, 40 mil barris de petróleo na Bacia de Campos. Mesmo antes de o Brasil atingir a autossuficiência, durante um bom tempo, a Shell exportou o nosso petróleo e nós tínhamos de comprar o produto de outros para o abastecimento do País. E, mesmo mandando o petróleo para fora, porque quem manda é o dono do capital e os donos do capital são Holanda e Estados Unidos, eles atendem aos interesses de lá, sem sequer respeitar os trabalhadores brasileiros. Até hoje, não conseguimos estabelecer um processo de negociação com a Shell, que usou de vários subterfúgios para não aceitar a representação sindical. Alegava que teria de



ser o pessoal das distribuidoras. Aí, conseguimos uma carta dos companheiros das distribuidoras dizendo que a FUP os representaria, mas nem assim eles negociaram.

Já citei o exemplo da REPSOL, na Argentina, e agora vou citar o exemplo da Texaco, no Equador, que produziu petróleo durante 18 anos e saiu de lá em 1982.

Vemos aqui o Sr. Manuel Salinas, que produzia hortifrutícolas na sua horta. Quando se deu conta, estava em cima de uma lagoa de detritos petrolíferos jogados pela Texaco em plena Amazônia equatoriana. A mão dele tem um pouco da lama que ele recolheu. Por conta disso, ele adquiriu câncer, deixou de produzir suas hortaliças.

Para quem é da área, essa é a coisa mais comum na indústria petrolífera: junto com o petróleo, saem muitos detritos. As empresas que têm responsabilidade ambiental os reinjetam, como faz a PETROBRAS, na mesma profundidade de onde o petróleo foi extraído. A Texaco não fez isso. Hoje, quem está fazendo esse trabalho para esvaziar as mais de mil lagoas de detritos petrolíferos que a Texaco deixou é a ECOPETROL, a PETROBRAS do Equador, mas ainda não conseguiu dar conta de tudo.

Esses são alguns exemplos. Não quero dizer, com isso, que, pelo fato de a empresa ser estatal, não se tenha problemas ambientais. Esse é um tema muito caro para nós, e podemos aprofundar o debate. Mas, quando há uma estatal atuando, a sociedade tem algum tipo de controle. Agora, quando é uma grande multinacional, como a Texaco, a sociedade não consegue controlar. Esse é o maior problema.

Para avançarmos, temos de ter o entendimento da sociedade. Não queremos ser arrogantes e achar que somos nós, petroleiros, que vamos resolver, mas temos importantes contribuições a dar sobre esse tema. E estamos fazendo isso, aqui. Propomos unidade de ação; a constituição de comitês em todo o País — e em todos os Estados brasileiros já existem comitês que estão acompanhando o trabalho das Sras. e Srs. Deputados em relação a essa questão; propomos atos em ruas, inclusive alguns já foram realizados, e vou lhes mostrar, e um diálogo permanente com os Parlamentares, como estamos tendo hoje aqui — e agradecemos à Comissão o espaço —, mas também nas audiências públicas que temos proposto.

O petróleo pertence às futuras gerações, não pode ser utilizado para o lucro, para o interesse das nações que esbanjam o seu consumo.



Aqui, são alguns atos que construímos — vou passar rapidamente.

Aqui, mostra um ato realizado no Rio de Janeiro, com mais de 5 mil pessoas, na 21 de maio, na Rio Branco e na sede da PETROBRAS.

Aqui, ato em Brasília, que realizamos no dia 13 de junho, com mais de 3.500 pessoas. Fizemos um abraço simbólico aqui em frente ao Congresso Nacional à Bandeira do nosso País e à PETROBRAS. Tudo aqui é ainda sobre o ato em Brasília.

Aqui, ato em São Paulo, em 19 de junho, com mais de 3 mil pessoas.

Ato em Curitiba, em 2 de junho; em Recife, em 25 de maio.

Também foi feito um abraço com o símbolo da PETROBRAS em Vitória, no Espírito Santo. Em Natal, em Manaus, no dia 8 de junho, e Salvador, no dia 18 de junho.

Realmente, tem sido grande a repercussão, e já estamos querendo construir de novo a campanha *O Petróleo é Nosso*. Estamos distantes, mas, certamente, muitos brasileiros estão atentos a esse debate.

Depois, um pouco de um temário que versa mais sobre a discussão nesta Comissão.

Os dados que apresentamos. Foram vendidas as ações da PETROBRAS. Das ações da PETROBRAS, 86% estavam na mão do Estado brasileiro, em 1996, aliás, até 2001. Foram vendidas, naquela ocasião, cerca de 40% e arrecadados 7 bilhões. Desses 7 bilhões arrecadados, 5 bilhões foram com as ADRs colocadas no exterior. Hoje, a PETROBRAS tem um valor de mercado de cerca de 190 bilhões. Eu até cito aqui: as ADRs que estão no exterior, 5 bilhões, valem hoje 57 bilhões. E essas ADRs foram vendidas por 5, em 2001 — um prejuízo gigantesco para o nosso povo.

As nossas propostas. Uma das nossas propostas ao projeto é que o Estado brasileiro assuma o controle total da PETROBRAS. Propomos que isso se dê em 12 meses, mas não especificamos exatamente como será. Mas há ideias que queremos discutir. E é o que agora eu vou aprofundar um pouquinho.

Temos hoje 214 bilhões de dólares de reservas. Essas reservas eram, em 2001, 2002, da ordem de 15 bilhões de dólares e tínhamos mais 15 bilhões de um



empréstimo ponte que estava lá congelado no FMI. Hoje, não temos nenhum empréstimo no FMI e temos 214 bilhões de reserva.

A remuneração internacional das desses 214 bilhões é da ordem de 0,25% ao mês. Na dívida interna, a remuneração é de 8,5% ao mês. E, no campo das ideias que apresentamos, o Brasil poderia, tranquilamente, sem nenhum risco para a sua soberania ou para a sua economia, utilizar 25% das reservas para comprar ações da PETROBRAS. Diferentemente da proposta da cessão onerosa e da capitalização, falamos em compra direto das ações no mercado. Vinte e cinco por cento de 214 milhões dariam 60,25 bilhões de dólares. Portanto, adquiriríamos todas as ações colocadas no mercado de Nova York.

Não que isso tenha uma representação. Quero dizer que a PETROBRAS, apesar desse problema nas ações, ainda está sob o controle do Estado. Queremos selar muito bem essas diferenças. Mas também entendemos que ter ações de uma empresa estratégica como a PETROBRAS na Bolsa de Nova York é algo a ser discutido. Temos questionamentos com relação a isso.

As nossa conclusões. Em nossa visão, os Parlamentares que resistirem às pressões das petrolíferas internacionais — elas já estão fazendo o seu trabalho de convencimento no Congresso Nacional, tendo à frente o Instituto Brasileiro do Petróleo, que, absolutamente, não representa os interesses brasileiros, mas, sim, na maior parte das vezes, das grandes petrolíferas estrangeiras — serão reconhecidos pelo povo como verdadeiros patriotas, pois souberam preservar os interesses das atuais e futuras gerações de brasileiros.

Em nossa visão, dos trabalhadores, o pré-sal, que a natureza levou 130 milhões de anos para formar, não pode ser colocado à mercê dos interesses menores dos lucros ou das nações que esbanjam hoje energia. Utilizar o petróleo para pagar a dívida social com o povo mais pobre do nosso País, estruturar um Brasil do futuro, onde haja saúde, educação, previdência para todos e desenvolvimento de fontes de energia limpa, essa é a nossa visão sobre essa questão.

O trabalho não é fácil. Por isso nos inspiramos no filósofo romano Seneca: *“Não é porque as coisas são difíceis que nós não usamos; é porque nós não usamos que as coisas são difíceis”*.



Portanto, nós, trabalhadores, queremos ousar.

Agradeço aos ouvintes a atenção. Nós nos colocamos à disposição para o debate.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Agradecemos ao Sr. João Antônio de Moraes, da FUP, a participação.

Permitimos que S.Sa. extrapolasse no tempo por ser o convidado desta tarde e ter nos trazido uma apresentação que nos acrescenta conhecimentos.

Quero saudar a presença do Deputado Marcelo Castro, que também somou conosco nesta Comissão.

Estão abertas as inscrições para inquirir o Sr. João Antônio de Moraes e fazer suas considerações.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Moraes, obrigado pela explanação.

Esta Comissão cumpriu bem o papel de ouvir as diferentes visões. Ponto de vista é sempre a vista de determinado ponto, onde cada um que veio aqui se encontra.

Eu queria que você nos dissesse, com a sua experiência, com a sua visão, que tipo de compartilhamento a PETROBRAS pode e deve ter em relação a outras petrolíferas estatais — o exemplo a mais conhecido é o da PDVSA, que, se não me engano, é a terceira ou quarta do mundo; se essas relações são possíveis e qualitativamente diferentes em relação às petrolíferas privadas.

Segunda questão. Você falou do *lobby* do Instituto Brasileiro de Petróleo. O *lobby* existe aqui, no Congresso Nacional, existe na vida. A mim não chegaram, por entenderem que não funcionaria. Mas, que *modus operandi* você vê e que força considera que eles possam ter na tramitação dessa matéria? Quais seriam os 2 ou 3 pontos principais de ofensiva desse interesse transnacional privado nessa riqueza que é patrimônio do povo.

E, de maneira bem realística — claro, aqui há sempre um jogo de pressões e contrapressões —, se alguém me pedisse para fazer uma previsão sobre o que vai acontecer, eu não saberia. O Presidente Michel Temer, inclusive, na reunião de Líder de ontem, falou: “Vamos tratar da nossa pauta até 10 de novembro. Depois, o



*final do ano até o recesso será dedicado, por compromisso até, aos projetos do pré-sal". O que você vislumbra que sairá daqui? Os projetos que o Governo enviou serão alterados para melhor, para pior? Que cenários você percebe?*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Quero saudar também a Deputada Iriny Lopes, como sempre presente. Quer V.Exa. usar a palavra, Sra. Deputada?

**A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES** - Não. Desejo apenas me justificar não só perante aos colegas, mas, em especial, ao João Antônio, da FUP. O dia de quarta-feira é terrível. Estou relatando um projeto na Comissão de Segurança Pública, o que trata da tipificação do crime de milícia, e aquele órgão não consegue votar. Então, de novo eu estava lá e, mais uma vez, não conseguimos votar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas há resistências?

**A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES** - Inúmeras, companheiro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Como o Presidente Lula está muito poderoso, podemos pedir a ele que nos conceda o dom da ubiquidade nas quartas-feiras, para estar em vários lugares ao mesmo tempo. Só ele! *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Eu quero, mais uma vez, perguntar se alguém quer agregar mais alguma observação.

Passo, então, a palavra ao Relator, o Deputado João Maia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA** - Sr. Presidente, companheira e companheiros Deputados, expositor Moraes, que fez uma exposição com vontade, com dados, com humor, inclusive, vejam: temos algumas questões muito relevantes em relação ao que nosso convidado colocou, e toda vez que tomamos uma medida neste Congresso Nacional nós o fazemos com todo o cuidado do mundo. E, às vezes, o PSOL e os Democratas recorrem ao Supremo Tribunal Federal para que a aquela Corte declare inconstitucionalidade de certas leis.

Portanto, a grande preocupação desta Comissão — isso é uma luta de convicção política — é relatar um projeto de lei que tem como objetivo destinar recursos necessários para que a PETROBRAS — pelo menos isso está explícito — possa explorar a riqueza do pré-sal, e estamos discutindo outro modelo de exploração.



E, aqui, quero fazer uma observação não ideológica, mas pragmática. Se estamos mudando o modelo — temos uma reserva de 22 bilhões de barris e vamos para mais de 100 bilhões —, a meu ver, essa briga de retomar os 22 bilhões parece arriscada e, eu diria, não muito necessária. Estou falando do ponto de vista absolutamente pragmático.

Em relação à contribuição, esta Casa tem uma vantagem — a FUP faz uma contribuição muito boa, como também a AEPET —, porque estabelecemos o contraditório. É a efetivação do processo democrático no Brasil. Tentamos, nesta Comissão, adotar recomendações de partes e partes, porque a lei que cuida da partilha — qualquer uma das 4 leis é fundamental — é o novo marco regulatório para o pré-sal. Estamos saindo da Lei nº 9.478 na questão do pré-sal.

O destino dessa riqueza no Fundo Social é uma questão de suma importância. Onde vamos colocar esse dinheiro? Essa é a grande pergunta.

A PETROBRAS é uma empresa que tem história, com altos e baixos, mas tem uma história. A PETROBRAS é uma empresa que orgulha dos brasileiros. E creio que todos os brasileiros, pois é difícil alguém sair batendo na PETROBRAS, até pela forma como foi fundada. Ela é produto de uma luta social muito intensa. E também a criação da PETRO-SAL. Portanto, é um conjunto de projetos.

Estamos discutindo a permissão para que os trabalhadores que confiaram na PETROBRAS, entraram num fundo de investimento e subscreveram ações da empresa possam acompanhar o processo. Estamos debatendo, Deputado Chico Alencar, a segurança jurídica do projeto, porque a pior coisa do mundo é o Congresso Nacional aprovar um projeto, ele ser transformado em lei, alguém recorrer ao Supremo Tribunal Federal e ele ser considerado inconstitucional.

Apesar disso tudo, estamos discutindo o tamanho da operação. Existem várias simulações de quanto a União vai participar no capital da PETROBRAS. Estamos falando — se esses números seus confirmarem — em 5 bilhões de barris de petróleo, o que está sendo concedido a título de concessão onerosa. Se se colocar 10 dólares, a União, que tem um terço do capital da PETROBRAS, vai aportar 50 bilhões de dólares. E, se o mercado acompanhar, é preciso colocar mais 100 bilhões de dólares no caixa da PETROBRAS. Se não acompanhar, a União há



de ter os recursos necessários, terá de aportar as chamadas sobras e, portanto, a participação da União na PETROBRAS vai subir.

Foi bom ouvir na sua exposição a história da luta, mas temos uma preocupação muito forte relativamente à constitucionalidade do projeto. Ou seja, não permitir que um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional seja questionado, criando uma situação de grande confusão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - De forma gentil, o Sr. João Moraes também fez referência ao espírito — que foi o convite a ele — do contraditório, como reafirmou agora o Deputado João Maia, o que é próprio da dinâmica desta Comissão. E nós agradecemos essa menção, uma vez que zelamos por isso.

Em relação a todas as sugestões de convites, esta Presidência, com o auxílio da Assessoria, procurou sempre entrar em contato com as pessoas e sair em busca de contribuições.

Vamos encerrar a fase de audiências públicas na quarta-feira da próxima semana, ouvindo — repito aos Deputados que chegaram agora —, às 13h30min, a ANP, e depois, a às 15h, o Ministério da Fazenda.

Agradecemos a todos a contribuição. Reconhecemos a luta de vocês.

Na esteira das indagações aqui feitas, quero agregar, particularmente às do Relator, a questão do preço. Ontem, o Presidente Gabrielli esteve conosco e relatou desde uma operação similar a essa, na faixa de 1,73 dólares o barril, até uma outra na casa de 19 para 20 dólares. Vejam a diferença! E, no caso, estamos falando de 5 bilhões. Se considerarmos o preço de 5 bilhões, 5 vezes 5 significa 25 bilhões; se considerarmos 10, serão 50 bilhões. É uma diferença absolutamente relevante.

Qual o nosso desafio? Não vamos fixar o preço na Comissão. Estamos estabelecendo premissas de avaliação para que isso possa ser equilibrado, porque, se for muito barato, a União cede à PETROBRAS e se apropria de 33%.. Em relação ao restante, 67%, são investidores privados que se apropriam desse valor barato, com alta lucratividade.

Por outro lado, penaliza-se a PETROBRAS. Com o valor muito elevado, a PETROBRAS opere numa situação de desconforto total. Pode ter lucratividade





muito baixa ou até prejuízo, o que significa também a desvalorização da empresa. Inclusive, a parte acionária compete à União.

Indago dos senhores de que forma podemos amarrar com mais alguns critérios essa avaliação, para que ela seja mais equilibrada e o interesse público e o fortalecimento da PETROBRAS possam ter o adequado equilíbrio.

**O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES** - Com relação à primeira pergunta, sobre o compartilhamento da exploração da área com outras empresas estatais, temos, de fato, empresas estatais importantes na América Latina.

No nosso modo de ver, não somos aquele modelo de petroleiro das antigas que enxergava o nacionalismo puro e simplesmente sob o aspecto do seu país, de que tudo que fosse diferente da nossa bandeira era inimigo, era bandido. Não enxergamos dessa forma. Efetivamente, consideramos como o nosso País o nosso continente. Temos orgulho de dizer que a América do Sul não é o continente que contribui para o aquecimento global e para a enroscada histórica na qual se encontra a humanidade.

Nesse sentido, defendemos a integração energética na América Latina. Temos a PDVSA, na Venezuela, e a PEMEX, no México, duas empresas de porte com as quais poderíamos estabelecer parcerias. Mas até aqui, infelizmente, tanto PETROBRAS quanto PDVSA, um pouco menos a PEMEX, agem muito mais como imensos *players*, sob o interesse da empresa, e não promovem as discussões internacionais no aspecto da integração como desejaríamos que ocorresse.

Tendo em vista a maneira como hoje se comportam, principalmente, PETROBRAS e PDVSA, que insistem numa concorrência que consideramos ruim para os nossos países, é preciso haver uma discussão entre o Brasil e Venezuela, com o intuito de haver maior integração, haja vista alguns exemplos sobre a disputa das áreas de exploração na região entre as duas empresas. Elas agem, a PETROBRAS e a PDVSA, lamentavelmente, quase de maneira fratricida. Penso que deveria ser feito de outro modo, melhor. Mas, para que seja melhor, é necessário uma tomada de controle maior por parte do Estado.

Apesar de o Estado venezuelano ter praticamente o controle acionário total da PDVSA, o controle político é mais complicado, porque a PDVSA tem profundas



ligações com os interesses dos Estados Unidos e acaba sucumbindo em relação aos interesses da América do Sul.

Mas quero dizer que, na condição de trabalhadores, vemos como positiva essa integração, até porque, no que se refere aos recursos energéticos, se não houver integração, será fatal a degradação ambiental. Cada país tem de contribuir para uma matriz energética integrada com o que tem de melhor e menos poluidor. Isso é positivo, mas hoje não vejo isso como possível.

Como agirá o IBP? É legítima a discussão. Não queremos desqualificar a visão de ninguém, mas efetivamente não se move pelos interesses do País. Isso, para mim, está muito claro; move-se pelos interesses realmente das suas representadas, das grandes empresas.

Penso que, quanto mais sensível o Congresso for aos argumentos desse tipo de representação, mais sairá prejudicado o nosso povo nessa questão. Quanto mais sensível o Congresso for aos argumentos daqueles que realmente são os donos dessa riqueza — o nosso povo, a nossa gente —, teremos chances de sair desse processo de uma maneira melhor.

Pelo que temos olhado, das emendas apresentadas, a maior parte piora o projeto do Executivo. A proposta do Executivo não é a nossa. Nós temos a nossa; defendemos uma participação maior do Estado, muito maior, a presença total do Estado. O projeto do Executivo avança em relação à presença do Estado, mas não é o nosso projeto ainda. Lamentavelmente, a maior parte das emendas que temos observado é um retrocesso, no sentido de reduzir o que o Executivo apresentou. Mas há emendas que trazem, realmente, avanços.

Com relação à maneira propriamente dita do que se debate, nesta Comissão, quero dividir com os Srs. Parlamentares que o debate de Bolsas de Valores, de mercado de capitais, não é exatamente o debate dos trabalhadores. Nosso debate é um pouco diferente disso.

Nas ideias que propomos, seria uma tomada, por parte do Estado, de um capital melhor da PETROBRAS, não apenas em relação ao aspecto da capitalização da empresa. O debate que se traz aqui é fundamentalmente o debate do fortalecimento econômico da PETROBRAS, porque vemos como é importante. Vou aprofundar um pouco isso.



O debate que nós, os movimentos sociais, fazemos é muito mais no sentido do fortalecimento da Nação, do Estado. Digo sempre o seguinte, os interesses da PETROBRAS, em 90 e tantos por cento dos casos são os interesses do País, mas nem sempre. Algumas vezes, a PETROBRAS se envolve muito mais pelos interesses propriamente ditos da empresa. Não viemos para contribuir neste debate com a visão única e exclusiva dos interesses dos trabalhadores petroleiros; estamos aqui falando em nome dos movimentos sociais brasileiros. Nós construímos uma importante aliança na qual estão presentes, praticamente, todas as centrais, e olha que não são poucas as centrais sindicais, no Brasil hoje — muitas estão presentes, estão lá, os companheiros do MAB, do MST. Todos estamos numa frente social por esse debate.

Então, a FUP não se apresenta, aqui, com um debate exclusivo da categoria; queremos ter um olhar social de movimento que representa o povo.

Nesse sentido, nós entendemos, por exemplo, que deveria haver um controle muito maior. O que mais me preocupa na composição do capital acionário são, de fato, as ADRs. Porque as ADRs submetem uma área estratégica às regras da Bolsa de Nova Iorque. Para nós, isso é preocupante. Submete, por exemplo, os interesses do País à Lei das S.As. Para nós, se a PETROBRAS fosse uma empresa 100% pública, por exemplo, ela não poderia estar obrigada a repassar todos os anos 25% dos seus lucros para os acionistas; ela poderia investir tudo novamente. O que, certamente, para o País, seria mais positivo. Nós entendemos. Na nossa visão seria mais positivo. Por isso, propomos questões desse tipo.

Agora, falando concretamente da cessão onerosa e da capitalização que são 2 questões distintas.

Bom, no histórico, desde a Lei nº 9.478 de 1997, para cá, num primeiro momento, a PETROBRAS foi quase que obrigada a não participar dos processos das licitações. E foi um processo muito ruim para o País. A partir de 2002, a PETROBRAS começou a ter uma participação mais arrojada, nesse processo, e a fazer disputas que valorizaram as licitações e fizeram com o que o Estado brasileiro tivesse um controle maior nesses novos leilões.

Então, efetivamente, nesse cenário, o fortalecimento da PETROBRAS foi muito positivo, a retomada dos investimentos.



Desde a mudança, das revisões que se fizeram no ordenamento jurídico quanto às privatizações, a PETROBRAS vem encolhendo. Em 2002, por exemplo, tínhamos 30 mil trabalhadores na PETROBRAS, mas já havíamos tido 60 mil. Isso nos causou uma série de problemas, como acidentes ambientais, o afundamento da P-36, que vitimou 11 companheiros; uma série de encolhimento da PETROBRAS que foi ruim para a empresa, e, na nossa visão, muito ruim também para o Brasil.

De lá para cá, houve um crescimento. A PETROBRAS cresceu muito; priorizou a fabricação das plataformas no Brasil, o que reativou a indústria naval brasileira que tinha, praticamente, sido aniquilada. No Rio de Janeiro, por exemplo, na região de Niterói, só víamos sucata. Hoje, com a decisão tomada pelo Executivo nacional de priorizar a fabricação de plataformas e os navios no Brasil, temos mais de 50 mil postos de trabalho gerados nos estaleiros, o que é muito importante.

Então, efetivamente, a PETROBRAS ir para essa empreitada do pré-sal, com um capital financeiro maior e mais musculosa, é bom para a PETROBRAS e é bom para o País.

Vemos a cessão onerosa e a capitalização dessa forma — permite dar músculos para a PETROBRAS ingressar nos investimentos nessa área. Evidentemente, para nós, é um manifesto. Citei para os Srs. Deputados o caso de se usar parte das reservas internacionais. Falamos em 25%. Isso daria uma tranquilidade muito maior para o País; compraríamos as ADRs e ficaríamos submetidos à Lei das S.As e não às leis de outros países. Acho que isso nos daria melhores condições, uma segurança maior que garantiria, de fato, o avanço do Estado e também uma musculatura à PETROBRAS, ao injetar esse patrimônio lá.

Mas efetivamente vemos que, de qualquer forma, o fato de ter uma musculatura econômica maior para a PETROBRAS facilita a entrada nesse processo. Temos projetos e ideias que poderiam ser melhores, mas enxergamos dessa forma. É evidente que aí vem consideração: muito bem, mas os acionistas privados também serão beneficiados. Esse é o desafio desta Comissão, esse é o debate que o Deputado Arnaldo Jardim brilhantemente questiona.

Honestamente, na nossa visão, o mais importante é o Estado. Tomar todas as medidas nesse sentido é importante. Mas vemos assim: de repente, o que de pior pode ter para nós é, nesse novo cenário, o avanço das multinacionais e o



encolhimento da PETROBRAS. Esse é o pior cenário. O benefício dos acionistas privados por consequência da cessão onerosa e da capitalização, para nós, nesse cenário de discussão, é uma questão secundária. Ante o fortalecimento da PETROBRAS e do Estado brasileiro, vemos isso com olhos muito melhores. Quero ressaltar que é o olhar de um trabalhador do movimento social sobre uma questão que não é muito a nossa praia. Quero reiterar, esse não é muito o nosso debate. Mas, vemos que o fortalecimento da PETROBRAS e a presença do Estado é positiva.

Penso que uma discussão importante que a Comissão poderia fazer é por exemplo esse tipo de discussão. Citei o caso das reservas internacionais. Poderia ser feito também na ordem de títulos. Os títulos poderiam ser emitidos com vínculo às reservas petrolíferas. Isso para não entrar aqui em processos mais radicalizados que também defendemos. Mas acho que não é o debate que se trava aqui, mas poderíamos até olhar. Esse seria um olhar, que fosse previsto nesse projeto, por exemplo, que a União... E o Brasil já fez isso. Já houve ocasiões em que o Estado brasileiro foi para o mercado de ações e comprou ações da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA** - Posso fazer uma...

**O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES** - Ah, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA** - Nesta Casa, administramos um orçamento absolutamente restrito. Então, falta dinheiro para a saúde, falta dinheiro para a educação, falta dinheiro para um monte de coisas. O problema — estou falando no nível da discussão — é que, se formos usar em reservas internacionais, está-se usando para retomar o controle. Não sei como juridicamente seria isso, enfim, não sei como será possível obrigar a pessoa a vender a sua ADR — se o minoritário pode ou não —, mas está-se usando parte de uma garantia que o Brasil tem para comprar ação; não está capitalizando em nada a PETROBRAS. Isso não gera caixa na PETROBRAS. O fortalecimento da PETROBRAS para enfrentar o desafio do pré-sal terá que vir num segundo momento, porque essa operação não gera caixa — eu vou lá em você e compro de você. Isso não gera absolutamente caixa nenhum.

**O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES** - Tem razão. Obrigado pela correção, Deputado. O Deputado tem razão. Na verdade, a compra de ações não geraria;



geraria aumento do controle do Estado, o que, na nossa visão, é importante. Mas tem razão, o Deputado. De fato, não geraria caixa não.

Mas vemos que esse é o grande dilema. Porque aí também entramos num outro debate. Para nós, a PETROBRAS e o Estado fortalecidos para encarar o pré-sal é importante. Mas não somos adeptos daqueles que imaginam que a exploração do pré-sal seja importante a pressa e a todo custo. Falando, francamente, para nós, começar a produzir hoje a toque de caixa como fez a Repsol, na Argentina, e mandar tudo para fora, não interessa. Para quem vai o recurso? Há países no mundo que furam; encontram; tampam o poço e o deixam lá guardado para o momento mais adequado.

Então, honestamente, para nós, a musculatura da PETROBRAS é importante, mas não é o central; o central, para nós, é o controle da sociedade sobre um recurso extremamente estratégico. Encarar isso tudo de uma maneira, sem que a sociedade e o Estado tenham controle é o mais grave, não é? Na nossa visão, queria ainda abordar um pouquinho a questão dos trabalhadores. Nessa questão, da mesma ordem. Lá atrás, quando teve a abertura para que os trabalhadores comprassem ações da PETROBRAS com o dinheiro do FGTS, a Federação Única dos Petroleiros, a Central Única dos Trabalhadores tivemos um posicionamento de imediato contrários, não no aspecto financeiro do investimento. Tínhamos certeza de que era um ótimo investimento para o trabalhador, individualmente, como agora é novamente. Com a descoberta do pré-sal, se comprarmos as ações para o Estado agora, certamente que o Estado brasileiro vai ganhar muito, porque ação da PETROBRAS vale muito mais do que papel pintado americano. O mundo está querendo se livrar de dólar. Vale muito mais do que as reservas. Não temos dúvidas disso. E os rendimentos, inclusive, são maiores. Os rendimentos que a PETROBRAS paga todos os anos é muito mais do que o que está rendendo as reservas. Não temos dúvidas disso. Igualmente vale para o trabalhador. Mas, quem somos nós, trabalhadores, para imaginarmos investidores em indústrias petrolíferas? A gente batalha, a gente vende o almoço para comprar a janta. Então, para nós, esse foi um processo muito mais ilusório, muito mais de convencimento ideológico, profundamente ideológico a compra das ações com FGTS. Não se tinha aquela discussão de democratização do mercado de capital, história da carochinha,



conversa para boi dormir, para dormir boi. Então, nós não entramos. Naquela ocasião, nós nos manifestamos contrário e temos orgulho de dizer que pouquíssimos petroleiros compraram ações da PETROBRAS.

Da mesma ordem, agora. Essa questão, inclusive, logo de cara quando perguntaram, nós logo de cara nos manifestamos contrariamente. Contrariamente, por quê? No aspecto investimento, não, no aspecto político mesmo. E a discussão de petróleo é uma discussão extremamente política, extremamente política. É um processo de convencimento dos trabalhadores à abertura, ao acesso do mercado, essa coisa toda. Então, para nós, o petróleo é estratégico. Nós não queremos ser donos da PETROBRAS. Nós queremos que a PETROBRAS pertença ao povo brasileiro. Não é essa a nossa visão, é uma visão, de fato, social e estratégica com relação a essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado. Quero agradecer muito ao Sr. João Moraes, à FUP, pela sua participação, bem como aos Parlamentares e convidar a todos para a nossa...

**O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES** - Deputado, eu pensei que tivesse mais alguma pergunta. Então, tem só mais uma questãozinha que gostaria de acrescentar. Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Pois não. Lógico.

**O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES** - Permeiam também muitos debates aqui nesta Comissão, Deputados, no que se refere à condição da PETROBRAS. Essa discussão de investimento, de capitalização, de cessão onerosa, muitas vezes, leva a um debate e a uma análise de que a PETROBRAS seria praticamente uma empresa como outra qualquer por estar no mercado de ações, por estar na Bolsa de Nova York. Eu queria dar aqui um testemunho que muda um pouco essa visão que, às vezes, permeia os debates. Pode ser, Deputado?

Claramente o seguinte. Nós estamos num momento fundamental para discutir esse temário, que é o momento da crise econômica mundial. A crise *subprime* nos Estados Unidos leva a uma reflexão sobre o momento que vivemos no mundo, hoje, e a importância da participação do Estado nas economias.

Olhando para esse cenário, para essa conjuntura colocada atualmente, muito claramente, o mundo perdeu muito com a redução do Estado nos diversos países.



Os países que ficaram pior na crise foram os países onde o Estado saiu mais da economia. E os países onde o Estado saiu menos da economia e o Estado investiu mais durante a crise saíram mais rapidamente da crise. Essa a reflexão importante que a gente tem que ter ao olhar para ela.

E, dizendo isso, temos que, necessariamente, fazer a reflexão no nosso País, porque o nosso País passou pelo auge do pensamento único do neoliberalismo de uma maneira diferente pela resistência do nosso povo. Os países que liquidaram completamente a capacidade de intervenção na economia pelo Estado, inclusive na nossa região, estão de uma maneira muito pior do que a nossa.

Necessariamente, ao olhar para isso, temos que refletir o que passamos aqui no Brasil, quando a crise vem. Ela demorou mais para chegar, chegou mais fraca, mas chegou. Tivemos 3 grandes empresas no País, para as quais podemos olhar e não confundir como se comportaram e qual o papel de cada uma na nossa economia: PETROBRAS, EMBRAER e Vale do Rio Doce, que agora não é mais Vale do Rio Doce, é Vale.

Essas 3 grandes empresas — as 3 eram estatais — 2 delas o povo não venceu e foram privatizadas e 1 se manteve sob o controle do Estado brasileiro. Como se comportaram essas 3 empresas durante a crise? Vale do Rio Doce demitiu 3 mil trabalhadores e reduziu em 30%, se não me engano, seus investimentos. A EMBRAER da mesma ordem, estava com caixa cheio, demitiu e reduziu investimentos. A PETROBRAS pediu para rever o seu planejamento estratégico. E todos tínhamos o receio de que tivesse um comportamento parecido, porque estava pressionada pelo mercado de capitais. Mas o Estado brasileiro chamou para si a responsabilidade e determinou que a PETROBRAS não fizesse isso. A PETROBRAS reviu seus investimentos e manteve a realização dos concursos públicos e aumentou em 70% os seus investimentos para os próximos 5 anos.

Então, são diferenças cruciais entre a Vale do Rio do Doce e a PETROBRAS, que certamente nos servem de exemplo para que nós não nos confundamos. É preciso melhorar a participação do Estado na PETROBRAS, entendemos que sim. É preciso dar mais musculatura, tudo isso. Agora, o comportamento da PETROBRAS, durante a crise, demonstra claramente que apesar das fragilidades, efetivamente, a





PETROBRAS está sob o controle do Estado e teve um papel importante para o nosso País.

Essa visão é importante e faço esse registro.

Agradeço, mais uma vez, ao Deputado pelo espaço.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Nós é que agradecemos.

Agradeço a presença de todos os Srs. Parlamentares e ao Sr. João Moraes.

Reitero o convite a todos para a próxima audiência pública, na quarta-feira, a partir das 13h30min.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.